

1 Ata da Reunião Ordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João – CBHLSJ. Ao  
2 quinto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas iniciou-se a reunião no  
3 Auditório da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, localizado na Praça Tiradentes, S/N, Cabo Frio, tendo  
4 como pauta os seguintes assuntos: **1. Aprovação da pauta do dia; 2. Aprovação da ata da reunião**  
5 **ordinária do dia 19/09/2018; 3. Aprovação da ata da reunião extraordinária do dia 10/10/2018; 4.**  
6 **Homologação da representação da Itograss no CBHLSJ; 5. Resolução do CBHLSJ que dispõe**  
7 **sobre o projeto Revivendo Águas Claras e a impressão de material didático; 6. Resolução do**  
8 **CBHLSJ que dispõe sobre o projeto de Educação Ambiental para a área de Tamoios/Cabo Frio;**  
9 **7. Resolução do CBHLSJ que dispõe sobre o Projeto da Pesca; 8. Resolução do CBHLSJ que**  
10 **homologa o Subcomitê do Rio Una; 9. Situação atual da Lagoa de Araruama; 10. Andamento dos**  
11 **projetos do CBH Lagos São João; 11. Prestação de contas; 12. Assuntos Gerais.** Onde  
12 compareceram os seguintes representantes, conforme lista de presença: Sra. Márcia Simões Mattos  
13 (INEA); Sr. Valdemir Dias da Silva (INEA); Sra. Ana Paula Rodrigues (Prefeitura Municipal de  
14 Arraial do Cabo); Sr. Leandro Coutinho (Prefeitura Municipal de Iguaba Grande); Sra. Roseli Almeida  
15 (Prefeitura de Iguaba Grande); Sr. Ramon dos Santos (Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia);  
16 Sr. Ezequiel de Moraes (Prefeitura Municipal de Silva Jardim); Sr. Eduardo Rovallet (Prefeitura  
17 Municipal de Silva Jardim); Sr. Mario Flavio Moreira (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Sr. Eduardo  
18 Pimenta (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Sr. Hamber Carvalho (Prefeitura Municipal de Armação  
19 dos Búzios); Sra. Dulce Tupy (Instituto Lagrange); Sr. Arnaldo Villa Nova (Associação de Defesa da  
20 Lagoa de Araruama); Sra. Ana Maria Vicente Jardim (Associação de Defesa da Lagoa de Araruama); Sra.  
21 Edna Ferreira (AMEAS); Sr. Alan Victor Messery (Associação Raízes); Sra. Roberta Cruz (Associação  
22 Observação de Cabo Frio); Sra. Dalva Rosa Mansur (IPEDS); Sra. Sandra Barbara (IPEDS); Sra.  
23 Gabriela Negreiros (Concessionária Águas de Juturnaíba); Sr. Francisco da Rocha Guimarães  
24 (Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Praia Pitória); Sr. Nelson da Costa (ITOGRASS);  
25 Sr. Gabriel Ribeiro (Associação Raízes); Sr. Carlos Tucci (Secretaria de Meio Ambiente de Armação  
26 dos Búzios); Sr. José Carlos (APESCARPGIN); Sr. José Paulo da Silva Arruda (SEAGRI); Sr. Fabio  
27 O. (Associação Raízes); Sra. Tatiane Araújo (SEA/INEA); Sra. Larissa Ferreira (SEA); Sr. Orlando  
28 (Pesca); Sr. Eli (Pesca); Sr. Rodrigo Branco (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Sr. Jorge Queiroz  
29 (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Sr. Adaias dos Santos (INEA/Suplaj); Sr. Marcelo Lima  
30 (INEA/RJ); Sr. José Henrique (COGEMA Cabo Frio). O Sr. Leandro Coutinho, presidente do CBH  
31 Lagos São João, iniciou a reunião agradecendo aos presentes e dando alguns esclarecimentos. Em  
32 seguida, o Sr. Leandro Coutinho solicitou que retirasse o item de pauta número nove, por conta da  
33 extensão da pauta e do assunto da próxima reunião na Sede da Concessionária Prolagos. A Sra. Adriana  
34 deu as boas vindas aos novos secretários de meio ambiente de Armação dos Búzios, Hamber Carvalho,  
35 e de Silva Jardim, Ezequiel de Moraes. Ademais, ela solicitou que se colocasse em votação a inclusão  
36 de cinco itens de pauta (1. Processo eleitoral - etapas e prazos, 2. Custeios da delegatária; 3, 4 e 5. Três  
37 resoluções sobre o Reservatório de Juturnaíba). A Sra. Adriana lembrou que as resoluções sobre o  
38 Reservatório de Juturnaíba foram elaboradas emergencialmente. O Sr. Eli se opôs a exclusão do item 9.  
39 A Sra. Adriana explicou que seria uma apresentação técnica sobre a Lagoa de Araruama, a qual já foi  
40 exposta outras vezes, mas nada impede que no item “Assuntos Gerais” discuta-se sobre a Praia do  
41 Siqueira/Lagoa de Araruama. Tendo em vista a colocação do Sr. Eli, o Sr. Leandro Coutinho sugeriu  
42 que se mantivesse a pauta de forma que o Sr. Eduardo Pimenta transmitisse um breve relato sobre a  
43 situação da Lagoa. Dando continuidade a reunião, o Sr. Leandro passou para o segundo e terceiro itens

44 de pauta, **2. Aprovação da ata da reunião ordinária do dia 19/09/2018 e 3. Aprovação da ata da**  
45 **reunião extraordinária do dia 10/10/2018**, perguntando se alguém teria alguma objeção perante essas  
46 atas. Todos os presentes aprovaram as ditas atas. Posteriormente, o Sr. Leandro iniciou o assunto do  
47 quarto item, **4. Homologação da representação da Itogress no CBHLSJ**. Todos os participantes da  
48 reunião aprovaram a homologação da representação da Itogress no CBHLSJ pelo Sr. Nelson da Costa.  
49 O Sr. Leandro passou a palavra para a Sra. Dalva Mansur, coordenadora da CTIL, que iniciou o quinto  
50 item, **5. Resolução do CBHLSJ que dispõe sobre o projeto Revivendo Águas Claras e a impressão**  
51 **de material didático**. Ela explicou que em 2012 foi iniciado um projeto de ação de mobilização de  
52 reflorestamento em torno do reservatório de Juturnaíba feito pelas concessionárias; também em 2012  
53 foi acertado pelo comitê que este arcaria com os custos de um material didático para realização de  
54 campanhas nas escolas, porém não foi elaborada resolução. Tendo em vista a resolução elaborada do  
55 projeto, a Sr. Dalva indagou se há aprovação de todos. O Sr. Ezequiel de Moraes perguntou quantos  
56 exemplares de cartilhas serão disponibilizados. A Sra. Dalva respondeu que serão três mil exemplares -  
57 material para professores, crianças e escolas. Em seguida, o Sr. Ezequiel questionou qual será a área de  
58 distribuição. A Sra. Dalva explicou que serão distribuídos através dos professores capacitados nos  
59 municípios de Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Araruama e Cabo Frio. A Sra. Keila complementou  
60 que a proposta é de que o material também se encontre em PDF no site do comitê e que em parceria  
61 com outras empresas já foram plantadas mais de cem mil mudas. O Sr. Francisco perguntou se seria  
62 possível neste material constar o número de mudas já plantadas. A Sra. Dalva afirmou que já consta. O  
63 Sr. Leandro encerrou o item 5 e abriu o 6, **6. Resolução do CBHLSJ que dispõe sobre o projeto de**  
64 **Educação Ambiental para a área de Tamoios/Cabo Frio**. A Sra. Dalva iniciou a fala do item 6;  
65 informou que: foi aprovado na reunião passada o material, foi realizado um *workshop* com o pessoal de  
66 Tamoios para tentar resolver os problemas que eles consideram pertinentes a educação ambiental, foi  
67 elaborado 4 programas, as associações de moradores entrarão ativamente, foi acordado que o valor de  
68 R\$ 26.000,00 seria o suficiente para fazer uma licitação e convidar uma entidade local para organizar o  
69 projeto. Assim sendo, a Sra. Dalva pediu para que aprovassem a resolução do dito projeto. A Sra.  
70 Adriana pediu para dar uma contribuição e explicou como funciona a utilização dos recursos e  
71 resoluções. Continuando a reunião, o Sr. Leandro pulou para o item 7, **7. Resolução do CBHLSJ que**  
72 **dispõe sobre o Projeto da Pesca**, passando a palavra para o Sr. Francisco, coordenador da CT de  
73 Pesca. O Sr. Francisco explanou que um dos grandes problemas que a Lagoa enfrenta em se tratando de  
74 fiscalização é a infraestrutura tanto de recursos humanos, quanto de embarcações, combustíveis, entre  
75 outros; também explicou que a ideia é conseguir recurso suficiente para duas embarcações de porte  
76 (caicos) para andar em áreas rasas, gasolina, alimentação e óleo dois tempos; e que foi aprovado no  
77 período de Defeso, mas a instrução normativa da lagoa diz que é para o ano inteiro. A Sra. Marcia  
78 informou que existe uma embarcação do INEA que vem sendo cedida à Araruama desde 2012, esta está  
79 sendo doada e o termo de doação já foi entregue ao Sr. Claudio para ser entregue a prefeita assinar e  
80 finalizar o processo. A Sra. Adriana esclareceu que a Câmara Técnica de pesca tinha um valor  
81 aprovado de cerca de R\$ 71.000,00 em plenária para projetos de pesca; foi feita uma única resolução  
82 colocando gasolina, óleo, alimentação e barco; a CTIL não concordou, portanto orientou que se  
83 fizessem duas resoluções, uma para consumo e outra para o barco; teve-se contribuição da SEA. A Sra.  
84 Ana Paula pediu a palavra para fazer uma colocação a cerca da Resolução nº 59/2015, solicitou que  
85 fosse levantado todo o Projeto Plurianual que resultou na Resolução nº 59, confirmou que a rubrica  
86 desta resolução foi proposta com o objetivo de um projeto integrado para a Lagoa de Araruama, e não

87 para ações pontuais. Em sequência, a Sra. Dalva esclareceu que quando a Resolução nº 59 do CBHLSJ  
88 é citada não se trata de um item relativo à Lagoa de Araruama, mas sim da Resolução por sua  
89 totalidade. A Sra. Adriana lembrou que, na última Reunião de Plenária do PPA, os representantes do  
90 NEA-BC se manifestaram dizendo que o “ordenamento pesqueiro” está dentro do item “usos múltiplos  
91 da lagoa”, posteriormente houve uma votação que corroborou esta ideia do NEA-BC. Ademais, a Sra.  
92 Adriana explicou que o valor utilizado desta rubrica será repostado com a devolução do valor arretado  
93 pelo ERJ. A Sra. Ana Paula pediu para que essa situação fique devidamente esclarecida. O Sr. Orlando,  
94 pescador, pediu a palavra e retomou ao assunto antes exposto pelo Sr. Francisco; ele disse que não é  
95 necessária a utilização de lancha na fiscalização, um automóvel no local de onde o pescador sai já seria  
96 o suficiente, desta forma o pescador já se retrai, e, caso ele saísse para pescar, na volta seria  
97 apreendido; acrescentou que a fiscalização deve ser contínua, durante todo o ano. O Sr. Francisco  
98 complementou que a fiscalização não beneficiaria somente a pesca, pois uma vez que há fiscalização na  
99 lagoa, pode-se verificar também despejo irregular de esgoto, condomínios fechando passagem de praia,  
100 desmatamento de mata ciliar, entre outros; informou que estão com um processo aberto no Ministério  
101 Público Federal colocando sete réus - cinco prefeituras, o Consórcio Intermunicipal Lagos São João e a  
102 UPAN – por não haver uma fiscalização efetiva na lagoa, deste modo foi realizada uma pesquisa nas  
103 áreas 1 e 2 da lagoa e estimou-se que, por conta da matança de camarões pequenos, gera-se um  
104 déficit/prejuízo de R\$ 900.000,00 por semana; o projeto é para uso integrado, as embarcações poderão  
105 estar rodando pelos municípios para ter um eficaz êxito. O Sr. Carlos Tucci perguntou se existe algum  
106 descritivo do equipamento de auxílio à fiscalização e se a gasolina/óleo mencionada será para o ano  
107 inteiro ou para certos períodos. O Sr. Francisco respondeu que a gasolina será usada todos os dias  
108 durante um período de três meses, porém se for feito um trabalho preventivo, não todos os dias, a  
109 gasolina durará em torno de cinco a seis meses, os outros meses do ano serão complementados com o  
110 apoio dos municípios. O Sr. Eduardo Rovallet questionou quem serão os fiscais que atuarão na prática.  
111 O Sr. Francisco explicou que serão os Guardas Ambientais. A Sra. Adriana pediu para que fosse  
112 realizada a votação para aprovação das duas resoluções a cerca da pesca. As resoluções foram  
113 aprovadas. Prosseguindo com os itens de pauta, o Sr. Leandro introduziu o oitavo item, **8. Resolução**  
114 **do CBHLSJ que homologa o Subcomitê do Rio Una**, que trata da oficialização do Subcomitê do Rio  
115 Una, como uma questão burocrática. A Sra. Dalva adicionou que estão aprovando a mesma resolução  
116 elaborada no ano de 2014. A Sra. Larissa Ferreira, informou que os representantes da SEA presentes  
117 fizeram considerações a respeito do texto da resolução, o texto original não indicava que já existia uma  
118 resolução; eles concordam com a resolução, mas não com a forma escrita. A Sra. Adriana perguntou se  
119 queriam que fosse lida a resolução. Ela iniciou a leitura. Foram realizadas as devidas alterações na  
120 resolução. O Sr. Arnaldo indagou se compete ao subcomitê o gerenciamento costeiro e como funciona  
121 isso no restante do estado. A Sra. Larissa informou que somente o CBHLSJ e o Comitê da Bacia de  
122 Guanabara possuem Subcomitês. Após as alterações serem finalizadas, a Sra. Adriana perguntou se  
123 alguém possuía mais alguma objeção/consideração. O Sr. Leandro questionou se a resolução estava  
124 aprovada. Todos aprovaram, sem ressalva. O Sr. Leandro conduziu a reunião para as aprovações das  
125 resoluções dos três itens incluídos na pauta. A Sra. Adriana começou com a resolução que trata sobre o  
126 nível de operação das comportas da barragem. A Sra. Dalva pediu a palavra para explicar sobre; ela  
127 contou que, em 2015, houve chuvas torrenciais que resultaram em enchentes, após essas chuvas foi  
128 criado o Grupo de Trabalho Alerta; em novembro de 2018, com as chuvas fortes, a Sra. Dalva recebeu  
129 um chamado a cerca de dúvidas quanto às informações presentes no Manual de Barragem do

130 Reservatório de Juturnaíba, o GT Alerta foi acionado; na resolução, durante os períodos de chuvas,  
131 pede-se que as comportas sejam fechadas em 8,60 m. A Sra. Larissa disse que houve dúvida de onde  
132 surgiu a cota com o valor de 8,60 metros, o fato de não ser competência de o Comitê definir regras de  
133 manutenção causou estranheza; sugeriu que se deve fazer recomendação. A Sra. Dalva defendeu  
134 dizendo que estão alterando uma recomendação que já existia antes. A Sra. Larissa respondeu que  
135 quando consultou a resolução anterior não constava “recomendação” e que a autoridade de definir  
136 regras cabe ao órgão gestor; alertou que se deve tomar cuidado para que haja um respaldo técnico e que  
137 deve haver um parecer por escrito da pessoa que recomendou abrir as comportas a partir de 8,60 m. As  
138 devidas alterações foram realizadas na dita resolução. O Sr. Leandro agradeceu as contribuições da Sra.  
139 Larissa. A resolução foi aprovada por todos os presentes. Passou-se para discussão da outra resolução.  
140 A Sra. Dalva informou que o dinheiro que estava destinado ao GT Alerta foi solicitado para fazer uma  
141 revisão do Manual da Barragem. Ela leu a dita resolução. O Sr. Tucci disse que esta resolução está  
142 relacionada com a outra e que o estudo não dará resultados em três meses. O Sr. Francisco sugere então  
143 que se altere para nove meses. A Sra. Dalva aceitou a solicitação de alteração. A Sra. Larissa perguntou  
144 se a ideia é a contratação de uma empresa de modo a auxiliar as concessionárias na revisão do manual,  
145 já que estas possuem a competência de elaboração de manuais. A Sra. Dalva afirmou que será uma  
146 ajuda. A resolução foi aprovada. Dando prosseguimento a reunião, a Sra. Dalva expôs que na resolução  
147 nº 59 consta que o CBHLSJ tem R\$ 230.000,00 para estudo da hidrodinâmica do São João; o GT  
148 Alerta atentou a preocupação da AGENERSA perante a um muro caído e que não estavam agindo  
149 sobre as barragens; percebeu-se que a hidrodinâmica da bacia depende da estrutura da barragem; então,  
150 pediu-se para que fosse feito um estudo sobre a estrutura da barragem e sobre a hidrodinâmica do  
151 reservatório. O Sr. Ezequiel relatou que a Lagoa de Juturnaíba, antes de ser represa, drenava para o rio  
152 São João; hoje, os grandes contribuintes da represa são os rios Capivari e São João; quando a represa  
153 foi construída, não houve estudo de impacto ambiental ou previsão de assoreamento, não foi feito  
154 manual de assoreamento; com o passar do tempo alteraram a vazão dos rios e a previsão dos metros  
155 cúbicos/volume da represa e, surgiu o problema da vegetação flutuante na represa. A Sra. Dalva disse  
156 que esse assunto refere-se ao TR. O Sr. Arnaldo relatou que, quanto à remoção da vegetação, está  
157 determinado pela AGENERSA que as duas concessionárias da região devem financiar essa ação e que  
158 estão aguardando as licenças; por outro lado, a segurança de barragem é importante para as duas  
159 concessionárias, do ponto de vista dele, esse estudo deve ser pago por estes principais usuários; a  
160 proposta dele seria não aprovar agora e aguardar saber se haverá aporte de recursos pelas  
161 concessionárias; o manual dependerá do próprio estudo da barragem. O Sr. Ezequiel manifestou-se  
162 expressando a proposta dele, o Comitê poderia começar os trabalhos e as Concessionárias reporiam  
163 esses recursos. O Sr. Arnaldo disse que a questão de segurança de barragem não envolve esse recurso.  
164 Em resposta, a Sra. Dalva assegurou que se têm o recurso, desde o ano de 2015, destinado à barragem,  
165 estudo de hidrodinâmica pela resolução nº 59 deste CBH. A Sra. Ana Paula concordou com o Sr.  
166 Arnaldo e disse que deve ser feito um levantamento histórico do plano plurianual que resultou na  
167 Resolução nº 59. A Sra. Keila expôs que foi questionado pela Prolagos ao INEA, a partir da resolução  
168 da AGENERSA, qual tipo de estudo precisariam apresentar para fazer o licenciamento, em 15 dias eles  
169 obtiveram resposta; em relação às ilhas flutuantes, a AGENERSA já determinou que as concessionárias  
170 fizessem a retirada e um plano de manejo; em relação ao alumínio, as duas concessionárias até 2010  
171 lançavam o resíduo tratado da água no manancial, e ficou um passivo, em 2010 o Ministério Público  
172 determinou que implantasse um sistema de desidratação; as licenças foram emitidas em 2014; em

173 agosto de 2018, foram levantadas mais três opções - avaliação dos impactos ambientais de barreira e  
174 reflorestamento, barreira provisória para dragagem e monitoramento; as concessionárias já começarão  
175 o estudo de alumínio e de ph; as concessionárias sugeriram que demonstrem o que foi realizado no  
176 Projeto Aqua, elas aportarão o recurso, mas dissociado de uma responsabilidade. A Sra. Adriana  
177 perguntou se esse aporte da Concessionária irá ser descontado na conta de água. A Sra. Keila  
178 respondeu que sim. O Sr. Eduardo Rovallet expressou que, pelo que ele entendeu, nenhum dos estudos  
179 de responsabilidade das Concessionárias contemplam o estudo hidrológico do Comitê. O Sr. Carlos  
180 Tucci expôs sua opinião achando desnecessária a utilização deste recurso do comitê. A Sra. Dalva  
181 afirmou que este recurso já está aprovado, já passou pelo CERHI, desde 2015, só deve ser feita a  
182 liberação. O Sr. Arnaldo repetiu que se, eventualmente, o INEA determinar que as concessionárias  
183 serão responsáveis pelo estudo, fica por conta delas, caso contrário, o comitê aporta o recurso. A Sra.  
184 Keila contrapõe dizendo que o estudo de hidrodinâmica é do recurso hídrico, de responsabilidade dos  
185 comitês de bacias. O Sr. Francisco leu em voz alta a referida resolução e solicitou as apropriadas  
186 alterações. O Sr. Mário Flávio complementou dizendo que uma das funções do estudo de  
187 hidrodinâmica refere-se a operacionalidade da barragem. A resolução foi aprovada. Encaminhou-se a  
188 reunião para o nono item de pauta, **9. Situação atual da Lagoa de Araruama.** O Sr. Eduardo Pimenta  
189 fez um breve relato a cerca dos atuais acontecimentos nos arredores da Lagoa de Araruama; falou sobre  
190 o movimento, que é legítimo, mas que trouxe desdobramentos que prejudicaram todo um trabalho que  
191 tem sido feito, e que precisava de uma resposta em curto prazo, no sentido de reverter o quadro; diante  
192 desses fatos e no âmbito do subcomitê de Araruama, a comunidade de pescadores da praia do Siqueira  
193 o procurou, e foi feita uma agenda, juntamente com a diretoria da Prolagos, propositiva positiva como  
194 resposta em curto prazo; diante desse fato, a Prolagos havia apresentado uma proposição baseada em  
195 argumentos técnicos alegando que ela não poderia propor intervenções sem embasamento técnico; por  
196 conta disso, a Prolagos marcou uma reunião a acontecer no dia 13 de dezembro de modo que explique  
197 toda a dinâmica de uma agenda positiva a curto, médio e longo prazo; acionistas da Prolagos estiveram  
198 em visita de campo na Praia do Siqueira; e, cobrou-se nas reuniões com a diretoria que não se mudasse  
199 os prazos de investimentos. A Sra. Keila complementou: em relação ao licenciamento, quando a  
200 concessionária entrou com o processo de licenciamento as duas obras estavam no mesmo processo  
201 (ampliação da ETE do Jardim Esperança + transposição), para dar severidade a esse processo foi  
202 pedido e aceito o desmembramento; em relação à reunião do dia 13 de dezembro, a proposta do estudo  
203 de hidrodinâmica da lagoa não foi proveniente da questão da Praia do Siqueira, como os pescadores  
204 reclamaram da qualidade do pescado, contratou-se então a Dra. Maria Helena para estudar e analisar o  
205 pescado, também, foi contratado um estudo do solo da região, e, assim, todos esses trabalhos e estudos  
206 serão apresentados na reunião. O Sr. Chico Pescador questionou se na reunião do dia 13 de dezembro  
207 seria possível os pescadores levarem uma proposta para apresentação. A Sra. Keila aceitou a proposta.  
208 Complementando, o Sr. Eduardo expôs que no ano de 2018 teve-se muita dificuldade na fiscalização da  
209 Lagoa de Araruama, por isso traçaram uma estratégia de aportar todo o recurso no âmbito do GT de  
210 Pesca para aparelhar uma fiscalização contínua, e não só no período de defeso. O Sr. Eli concluiu que  
211 crê que estão progredindo e que a pesca e o pescador serão respeitados. O Sr. José Paulo Arruda contou  
212 que o barco na fiscalização trabalhou com um tanque cedido do município e com combustível pago  
213 pelos pescadores, e sem alimentação para os (06) seis fiscais; informou que eles trabalharam, mas o  
214 trabalho não foi como o esperado; estimou que 90% dos pescadores querem fiscalização. O Sr. Leandro  
215 acrescentou o fato do aparecimento da espécie de peixe Carapeba nunca antes visto em grande

216 quantidade e qualidade, essa espécie é de fundo e indica qualidade da água. Dando continuidade ao  
217 roteiro, a Sra. Adriana introduziu o décimo assunto, **10. Andamento dos projetos do CBH Lagos São**  
218 **João.** Ela relatou que, no início do ano de 2018, foi aprovado um aporte de R\$ 2.200.00,00 para o  
219 comitê, sendo 70% para uso em saneamento e já foi solicitada a liberação desse recurso para o INEA,  
220 desse recurso também sai o custeio da delegatária (cobrança e compensação); gastou-se durante o ano,  
221 até outubro, R\$ 508.179,00; de todas as atribuições, o que sobrou para projetos foi R\$ 288.000,00  
222 divididos igualmente R\$ 71.000,00 aproximadamente para cada setor; foi aprovado para a pesca, hoje,  
223 R\$ 35.694,00 para fiscalização e R\$ 35.521,00 para confecção de embarcações para fiscalização da  
224 pesca; foi aprovado para o monitoramento da Lagoa de Saquarema R\$ 71.000,00; para Educação  
225 Ambiental, até outubro de 2018 havia sido aprovado R\$ 26.000,00 para Tamoios, agora, foi aprovado  
226 R\$ 40.000,00 para o Projeto Águas Claras; tem separado para o enquadramento do Reservatório de  
227 Juturnaíba um recurso de R\$ 71.000,00, portanto é necessária uma reunião do Subcomitê para fazer  
228 esse projeto ou destinar esse recurso para outra proposta que seja em Juturnaíba. A Sra. Adriana ainda  
229 informou que, como o governo do estado havia arrestado o recurso de todos os comitês, houve uma  
230 ação no Ministério Público a qual o promotor instituiu um grupo de trabalho; neste GT, o Comitê e o  
231 INEA assinaram um TAC a fim de que o recurso mencionado volte para as contas do Comitê; na  
232 primeira reunião, ficou estabelecido que a maneira que esse dinheiro entrará na conta do comitê é por  
233 meio de projetos; o recurso a ser disponibilizado é de: R\$ 200.000.000,00, sendo R\$ 150.000.000,00  
234 para o Comitê Guandu, R\$ 30.000.000,00 Comitê Baía da Guanabara e R\$ 20.000.00,00 para os outros  
235 comitês; é necessário fazer o termo de referência, para isso os representantes devem produzir os  
236 escopos dos projetos desejados. O Sr. Eduardo Rovallet julgou que a atitude dos escopos dos projetos  
237 deve partir da diretoria. A Sra. Adriana apresentou o Plano de Trabalho aprovado pelo comitê;  
238 informou, também, que há uma situação de salário de pessoal, existem duas delegatárias de comitês do  
239 estado - a AGEVAP e o Consórcio Intermunicipal Lagos São João, o salário dos funcionários da  
240 AGEVAP é 38% acima do salário do Consórcio, o CBH Macaé Ostras aprovou um aumento de 25%,  
241 portanto, em reunião com a diretoria do CBHLSJ acordou-se que remanejando os custeios internos da  
242 delegatária é possível aumentar em 25% os salários dos funcionários, não alterando os recursos  
243 disponíveis de projetos e afins. O Sr. Francisco perguntou para onde seria esse remanejamento. O Sr.  
244 Arnaldo manifestou que dentro do Consórcio teria um Comitê ganhando X e outro ganhando Y, o que é  
245 ilegal; o remanejamento interno não influenciará no dinheiro do comitê. A Sra. Adriana expôs que o  
246 primeiro passo é apresentar a proposta em plenária, aprovada em plenária, a proposta vai ao CERHI,  
247 aprovado no CERHI, vai para a Procuradoria do INEA para depois ter o termo aditivo, esse processo  
248 demorará em torno de seis meses para enfim alterar os salários e, não irá onerar em nada para o Comitê,  
249 como já foi estudado e planejado. A Sra. Larissa explicou sobre a estrutura da AGEVAP. Assim foi  
250 aprovado, pelos membros, o aumento de 25% no salário dos funcionários (oriundos da seleção pública)  
251 da delegatária do CBH. Posteriormente, a Sra. Adriana passou para o item 11, **11. Prestação de contas,**  
252 mostrando toda prestação de contas; ela falou que o ano de 2018 teve disponível uma quantia de R\$  
253 53.913,00 para uso do comitê - reuniões, eventos e ajudas de custo e, que há a Prestação de Contas  
254 detalhada no site do Comitê (portal da transparência), obrigatoriamente. A Sra. Adriana manifestou  
255 sobre o processo eleitoral; em março haverá uma reunião ordinária de comitê e em abril uma reunião  
256 extraordinária. Acordou-se que as duas reuniões serão no mesmo dia em abril. A Sra. Adriana disse que  
257 será feita uma publicação de edital no dia 15 de fevereiro de 2019, terão um prazo de 30 dias - 15 de  
258 fevereiro a 15 de março – para serem realizadas as inscrições das chapas. A Sra. Roberta Cruz

259 questionou quanto ao quórum nas votações. A Sra. Adriana respondeu que no início desta reunião tinha  
260 quórum, mas alguns participantes se retiraram. A Sra. Roberta disse que, no entanto, na hora da  
261 votação, ela acredita que este quórum, a metade mais um, deva estar presente. A Sra. Adriana disse que  
262 passará o regimento a ela para conferir. A Sra. Dalva explanou que o regimento não prevê. A Sra.  
263 Tatiane do Inea leu o artigo décimo do regimento do CBH que declara que o quórum é de iniciação da  
264 reunião, 50% + 1, não havendo mais questionamentos. Os assuntos de pauta encerraram-se e a reunião  
265 foi encaminhada ao Item **12. Assuntos Gerais**. O Sr. Arnaldo iniciou declarando que acha importante a  
266 criação de um Subcomitê de Gerenciamento Costeiro e crê que um GT não seria suficiente para a  
267 dimensão da costa que o CBHLSJ possui, sugeriu que entre em votação na próxima reunião. O Sr.  
268 Mário Flávio opinou que deve ser levantado ao CERHI está proposta, pois gerenciamento costeiro não  
269 é entendido como atribuição/atividade pertinente ao comitê de bacia, como estabelecido na Lei das  
270 Águas. A Sra. Keila manifestou-se informando que foi discutido, na Câmara Técnica de Usos  
271 Múltiplos, se não valeria mudar a CT para gerenciamento costeiro tratando dos usos múltiplos. A Sra.  
272 Dalva declarou que o CBHLSJ possui quatro subcomitês que correspondem às áreas das bacias, cada  
273 bacia tem um desague, a foz dos rios e os canais dão a possibilidade de trabalhar a costa daquele local.  
274 A Sra. Larissa explicou e distribuiu a edição especial da revista do INEA com artigos sobre água. O Sr.  
275 Francisco solicitou, como direito a resposta, que se exponha estatisticamente e quantitativamente a  
276 média da produção de pesca como resultado do defeso, com um laudo técnico falando sobre as espécies  
277 que estão retornando à lagoa. A Sra. Adriana realizou o último informe, dizendo que participa como  
278 vogal na AGENERSA através do poder concedente, todo mês há sessões regulatórias onde ela é  
279 testemunha de como a AGENERSA trabalha com seriedade, vendo e atendendo todas as denúncias em  
280 se tratando da água; a AGENERSA foi um importante instrumento para o bom relacionamento de  
281 respeito e de integração entre as concessionárias (Prolagos e Águas de Juturnaíba) e o comitê; ademais,  
282 disse que teve a notícia de que o novo governo do país irá finalizar com a AGENERSA, não haverá  
283 agência reguladora; assim sendo, conversou com a presidente do consórcio Lagos São João para que  
284 ela proponha uma moção para que não se acabe com as regulações. A título de informação, o Sr.  
285 Francisco discursou sobre o trabalho de processo de regularização dos catadores de ganhamum do rio  
286 São João junto a APA, iniciou-se um trabalho em Brasília em julho que desdobrou em uma licença  
287 precária com condicionantes para os catadores que, hoje, estão sem poder exercer as atividades deles,  
288 terá uma reunião dia 11 de dezembro em Brasília, o Sr. Fabio Fabiano técnico responsável pelo  
289 cadastro das pessoas deve comparecer nesta reunião; contudo, ele requereu a possibilidade do comitê  
290 financiar a compra das passagens aéreas, inclusive para o representante dos pescadores de crustáceos.  
291 A Sra. Adriana perguntou se o Sr. Fabio Fabiano é membro do comitê. A Sra. Roberta afirmou que ele  
292 é membro, representante do ICMBio; ela acrescentou ainda que o pescador Sr. Amauri, membro da CT  
293 de Pesca e representante dos pescadores locais, também iria necessitar de passagens; e, perguntou sobre  
294 os procedimentos. A Sra. Adriana respondeu que devia ser aprovado em plenária, após a aprovação a  
295 Entidade deveria enviar um *e-mail* com os dados dos membros, formalizando a solicitação. Os  
296 membros aprovaram. O Sr. Leandro encerrou a reunião. Deste modo, eu, Maria Luiza da Rocha Lima  
297 (CILSJ), lavro a presente Ata, para que, depois de lida, aprovada pelos membros do Comitê de Bacia  
298 Hidrográfica Lagos São João e assinada pelo Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São  
299 João, produza seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia, 15 de janeiro de 2019.



Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama e Saquarema e dos Rios São João e Una

301

A handwritten signature in blue ink that reads 'Leandro Coutinho Mattos'.

302

***Leandro Coutinho Mattos***

303

Presidente do CBH Lagos São João